

Alesp aprova PPP do túnel entre Santos e Guarujá

SP pode contratar parceria público-privada

BÁRBARA FARIAS
DA REDAÇÃO

A Assembleia Legislativa (Alesp) aprovou, ontem, o projeto de lei que autoriza o Governo de São Paulo a firmar uma parceria público-privada (PPP) para a construção do túnel litorâneo Santos-Guarujá. A obra está orçada em R\$ 6 bilhões e será custeada igualmente entre Estado e União, com aporte complementar privado. A previsão é de que o edital seja lançado em março de 2025 e a licitação ocorra em julho do mesmo ano.

A liberação para a PPP era analisada pelos deputados estaduais há um mês. O projeto da ligação seca entre Santos e Guarujá está qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP) e contemplado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Dos R\$ 6 bilhões projetados pa-

ra o túnel, 86% serão provenientes de aporte público dividido igualmente entre Estado e União. Estima-se que nove mil empregos diretos e indiretos sejam gerados.

"A partir da implementação do projeto, a travessia entre Santos e Guarujá poderá ser feita em menos de cinco minutos e não estará suscetível a neblinas, ressacas ou mesmo aos impactos decorrentes de navios que atracam no Porto de Santos. Assim, vamos assegurar a fluidez do transporte e a segurança dos usuários", destacou, em nota, o secretário estadual de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini.

LICENCIAMENTO

Em paralelo, o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) foram enviados pelo Governo do Estado para análise da Companhia Ambiental de



Negociações iniciadas em 2023 resultaram no custeamento dividido por Estado e União do túnel que ligará as duas margens do Porto de Santos

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Cosema) promove hoje a primeira audiência pública sobre o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) do túnel, às 17h, no Teatro Guarani, em Santos (Praça dos Andradas, 100, Centro). A segunda ocorrerá amanhã, às 17h, no Teatro Procópio Ferreira, em Guarujá (Avenida Dom Pedro I, 350, Jardim Tejeruba).

São Paulo (Cetesb) no início de julho, mas ainda não há um parecer. Caso ateste a viabilidade ambiental do projeto, a Cetesb emitirá a licença prévia (LP).

No dia 24 de agosto, a companhia encerrou o prazo para recebimento de manifestações sobre esse licenciamento ambiental, após 45 dias. Em nota, a Cetesb

informou que as contribuições da população e dos órgãos intervenientes serão consideradas na análise em curso, assim como as contribuições colhidas nas próximas audiências públicas.

"De forma geral, a licença prévia atesta a viabilidade ambiental do projeto e estabelece exigências a serem atendidas pelo empreende-

dor para a obtenção da licença de instalação (LI)", diz a companhia.

PRÓXIMOS PASSOS

Para a LI, a empresa responsável precisará, entre outras informações, apresentar o projeto executivo do empreendimento e o detalhamento das medidas que serão adotadas para a mitigação e controle dos impactos ambientais durante a implantação.

Nessa fase, deverão ser apresentadas informações referentes à desapropriação e reassentamento e respectivas medidas a serem adotadas pelo empreendedor, esclareceu a Cetesb.

Atendidas as exigências, é emitida a LI com condicionantes e diretrizes para o início das obras. Ao término dos trabalhos, o empreendedor deverá solicitar a licença de operação (LO), que permitirá o início da operação desde que seja atestado pela Cetesb o cumprimento das condicionantes das fases anteriores.

PROJETO

O novo projeto que está em licenciamento tem como referência a proposta original da extinta companhia Dersa, do Estado, e contempla a construção de um binário no Macuco, em Santos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Porto & Mar **Caderno:** A **Página:** 8